



Eixo Temático: Território, Governança e Mercado de Trabalho

Poder Local e Ativismo Empresarial: Dinâmicas e Conflitos na Gestão Urbana

Local Power and Business Activism: Dynamics and Conflicts in Urban Governance

Thiara Mourão Fernandes da Costa¹

Valdir Júnio dos Santos²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a articulação do empresariado na construção de sua liderança e nos mecanismos de influência sobre o desenho das políticas públicas-sociais, investigando como essa dinâmica reconfigura as relações de poder no âmbito local/regional. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, alicerçada em um diálogo crítico entre a microsociologia das justificações (Cefai; Gusfield; Boltanski; Thévenot) e as abordagens estruturais do poder (Harvey; Vainer; Nunes; Bourdieu), aprofundando-se em concepções teóricas e eixos analíticos. O estudo preenche uma lacuna ao focar no ativismo empresarial no contexto local/regional, um nicho menos explorado, e na dinâmica de coalizões que incidem nas agendas públicas, elucidando arranjos de poder que moldam o desenvolvimento urbano e sua relevância acadêmica. Os resultados revelam que a articulação do empresariado, na construção de sua liderança, manifesta-se pela imposição da lógica da "cidade-empresa" e do planejamento estratégico. Essa dinâmica influencia diretamente o desenho das políticas públicas-sociais, reorientando o poder local, que se mostra vulnerável, para as "necessidades do capital", legitimando a apropriação de instrumentos públicos por interesses privados e culminando na emergência do "coronelismo urbano", reconfigurando as relações de poder no âmbito local/regional. Teoricamente, o trabalho avança ao estabelecer um diálogo crítico entre a microsociologia das justificações e abordagens estruturais do poder, revelando como a capacidade de legitimar narrativas é condicionada por campos de força pré-existentes e produzindo o conceito de "coronelismo urbano" como manifestação contemporânea. Socialmente, os achados alertam para a intensificação da polarização social e da fragilidade democrática, expondo como o "interesse geral" pode ser capturado para fins privados e suas implicações para a equidade e justiça social.

Palavras – chave: Poder Local, Ativismo empresarial, Políticas Públicas, Governança Urbana.

ABSTRACT

This article aims to analyze the business community's articulation in constructing its leadership and influencing the design of public-social policies, investigating how this dynamic reshapes power relations within the local/regional scope. The methodology employed was qualitative bibliographic research, grounded in a critical dialogue between the microsociology of justifications (Cefai; Gusfield; Boltanski; Thévenot) and structural approaches to power (Harvey; Vainer; Nunes; Bourdieu), delving into theoretical conceptions and analytical axes. The study fills a gap by focusing on business activism in the local/regional context—a less explored niche—and on coalition dynamics impacting public agendas, elucidating power arrangements that shape urban development.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes (UCAM), Mestre em Políticas Social (UENF). E-mail: thiaramourao@gmail.com

² Doutor em Política Social e Trabalho pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: valdir.santos@ucam-campos.br

and its academic relevance. Results reveal that business articulation, in building its leadership, manifests through the imposition of the "company-city" logic and strategic planning. This dynamic directly influences public-social policy design, reorienting vulnerable local power towards "capital's needs," legitimizing the appropriation of public instruments by private interests and culminating in the emergence of "urban coronelism," thereby reshaping local/regional power relations. Theoretically, the work advances by establishing a critical dialogue between microsociology of justifications and structural power approaches, revealing how narrative legitimization is conditioned by pre-existing fields of force and producing the concept of "urban coronelism" as a contemporary manifestation. Socially, findings warn of intensifying social polarization and democratic fragility, exposing how the "general interest" can be captured for private ends and its implications for equity and social justice.

Keywords: Local Power, Business Activism, Public Policies, Urban Governance.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a complexa interrelação entre poder local e ativismo empresarial, temática central para a compreensão da governança urbana contemporânea. Neste contexto, o problema de pesquisa que se busca responder é: De que maneira o empresariado se articula para construir sua liderança e influenciar decisivamente o desenho das políticas públicas-sociais, reconfigurando as relações de poder no âmbito local/regional?

Para tanto, o artigo pretendeu-se em analisar, a partir de um arcabouço teórico, a articulação do empresariado na construção de sua liderança e nos mecanismos de influência sobre o desenho das políticas públicas-sociais, investigando como essa dinâmica reconfigura as relações de poder no âmbito local/regional. Esta análise permitirá mapear as coalizões de forças e as arenas públicas onde tais processos se manifestam, conferindo coerência às discussões desenvolvidas e às conclusões alcançadas ao longo do trabalho.

O ativismo dos empresários chama a atenção por suas nuances a depender do município, do contexto local e regional. Além disso, a própria construção do ideário e ações desenvolvimentistas e do seu ativismo são distintas. De fato, enquanto em alguns municípios, como Campos, possui uma gramática que opõe atraso a desenvolvimento e responsabiliza os governos de estado e federal pela falta de políticas de apoio à economia (Vianna, 2003), há municípios que sem suscitar grandes debates sobre a região, a mudança econômica se dá por uma espécie de modernização das estratégias empresarias microeconômicas³, e o ativismo empresarial regional e estadual que alimenta inovação, cuja iniciativa e dinamismo sobrepõe-

³ Este empresariado articula elementos de uma 'cultura' gerencial atualizada a outros "tradicionais". Assim, de um lado inova no desenvolvimento de nichos de mercado, de produtos e serviços de alto padrão associado aos Mercados de trabalho de gestão no modelo global em sua conformação local. Igualmente singular que relaciona formas de gestão do trabalho no comércio e nos serviços aos modelos globais de administração, as estratégias do empresariado local e seus efeitos sobre a ação coletiva no contexto das cidades médias não metropolitanas, ainda pouco estudadas.

se ao do poder público municipal. Certamente as cidades não são facilmente comparáveis, dada a grande disparidade econômica e cultural do Brasil, contudo acredita-se que corresponda a outra forma de ajuste possível numa conjuntura econômica em que o regionalismo e a diferenciação local dão à tônica na produção de competitividade econômica (Santos, 2004).

A proposta deste artigo aborda a relação clássica Estado/ Mercado/ Sociedade civil, aplicada à promoção do desenvolvimento econômico, social e regional e suas relações de poder. Diferencia-se, contudo, de grande número de trabalhos sobre o tema por dar atenção aos empresários e sua articulação no contexto local/regional.

Busca-se, em suma, compreender as tramas que envolvem os atores sociais do universo empresarial, as coalizações de forças e como sua política de cunho empresarial incidem sobre as políticas públicas e sociais locais. Como bem salienta Santos (1999), colocar a questão do lugar como posição central analítica. É um debate que tem como prerrogativa analisar como a economia externa rebate sobre a sociedade local. Uma prerrogativa da redescoberta do local, do “mundo vivido”, da globalidade com característica individualizada para cada lugar.

Tratou-se, aqui, de conhecer essa reestruturação no modelo econômico vigente, partindo da esfera regional, numa compreensão do funcionamento das empresas locais, sentindo os impactos dessas transformações nos mercados de trabalho. E, de outro lado, interessa conhecer como o empresariado estabelece uma estratégia regional comum que se impõe ao próprio poder público local e que promove ações ajustada aos cânones econômicos contemporâneos.

A metodologia deste artigo se configura como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, focada na construção teórica a partir de eixos analíticos que examinam a interrelação entre poder local e ativismo empresarial. O procedimento pesquisa bibliográfica envolveu um levantamento sistemático de obras e autores seminais, pensadores-chave do contexto brasileiro e de subcampos específicos em determinadas linhas teóricas, como a geografia urbana crítica, a sociologia urbana crítica, a sociologia das organizações e dos empresários, a sociologia crítica do poder simbólico, a ciência política do poder local e a sociologia pragmática da crítica. Os critérios de inclusão pautaram-se na relevância teórica e empírica dessas obras para a compreensão da relação Estado/Mercado/Sociedade Civil no contexto local/regional. A estratégia de análise pautou-se em uma abordagem temática para operacionalizar conceitos-chave, o que compreendeu a identificação e a exploração das definições, aplicações e inter-relações de categorias como 'poder local', 'ativismo empresarial', 'cidade-empresa', 'arenas públicas' e 'desenvolvimento regional', conforme formuladas pelos autores.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EMPRESARIADO COMO ATOR COLETIVO

Este estudo visa compreender a relação entre Estado, sociedade e mercado possuindo como enfoque a construção territorial, analisada na dimensão local e sua articulação em redes em suas diversas escalas regionais. A compreensão das complexas articulações e tramas que envolvem os atores sociais do universo empresarial é crucial, pois é por meio de suas coalizões de forças que estes incidem diretamente na formulação e feitura das políticas públicas e sociais locais. Para elucidar essa dinâmica e a influência desses atores, como bem salienta Santos (1999), torna-se imperativo colocar a questão do lugar como posição central analítica. Essa prerrogativa é fundamental para investigar como as dinâmicas da economia externa repercutem sobre a sociedade local, representando uma redescoberta do local – o 'mundo vivido', da globalidade com características individualizadas para cada território.

A análise da trajetória econômica brasileira e suas transformações, conforme apontam Draibe (2011) e Kirschner (2001), revela que a década de 1990 foi caracterizada por reformas econômicas cruciais que intensificaram a inserção do país na economia de mercados. Esse processo insere-se em um percurso mais amplo que, desde a era Vargas, já experienciava a inserção na economia industrial, perpassando pelo contexto do Welfare State no período nacional-desenvolvimentista, até sua derrocada pelo que se caracterizou como o momento pós-crise da 'onda' Neoliberal e o posterior retorno do Neodesenvolvimentismo (Draibe, 2011). É relevante notar que Draibe (1993; 2011) tece estudos aprofundados sobre a conformação do desenvolvimento no Brasil e na América Latina, distinguindo padrões de Welfare State e analisando estratégias desenvolvimentistas e liberais. A autora aponta que, após um esgotamento do ciclo neoliberal, a região tem experimentado um possível Neodesenvolvimentismo, buscando uma posição competitiva no século XXI. As prerrogativas desse cenário globalizado se fundem no discurso da globalização, onde o Estado Nacional perde espaço para a premissa da integração global. A gramática que emerge se assenta na racionalidade econômica, com a ordenação imperativa de práticas gerenciais voltadas para a competitividade, eficiência e qualidade. É nesse contexto de reestruturação produtiva que Kirschner (2001) destaca o novo fôlego e o papel de destaque que as empresas assumem, reforçando, como também aponta Srour (2009), sua atuação como agentes de controle social sobre a moralidade de seus funcionários.

Para além de seu papel reestruturador e de controle social, a análise das empresas e dos mercados exige uma perspectiva que rompa com o reducionismo econômico. Nesse sentido, Kirschner (2001) destaca que os estudos das ciências sociais, ao retomar a pesquisa sobre grupos empresariais, desenvolvimento de mercados e a economia de forma geral, buscam precisamente romper com o viés reducionista da ordem econômica. Dentre os autores que contribuem para essa visão, Kirschner (2001, p.10) ressalta Polanyi (1944) e a desconstrução do *homo economicus* – “este agente economicista que agiria conforme um padrão de racionalidade formal, motivado tão somente pela realização de um interesse próprio (...) desconectado de qualquer vínculo com o meio social em que está inserido”. Essa perspectiva fundamenta a crítica à separação entre o econômico e o social, resgatando a noção de Inserção social na economia, ou seja, o “caráter socialmente instituído da ordem econômica” (Kirschner, 2001 p.9-10). Em linha com esse raciocínio, a Nova Sociologia Econômica (NSE) emerge arrogando que as ações econômicas estão imbrincadas nas relações sociais. A empresa é vista como “ator-criador”, pois não há uma adaptação mecânica das empresas à ordem econômica; antes, são os atores dentro das organizações que criam estratégias e fazem escolhas possíveis.

Nesse mesmo contexto, a sociologia da empresa trabalha com a vertente de considerar a “empresa como uma realidade humana viva, que dispõe de uma vasta gama de recursos diferenciados” (Kirschner, 2001, p.13). Seus atores devem ser considerados em sua relação com o grupo que interagem, entendendo a dinâmica de interação entre o indivíduo e o social (Bernoux, 2001). A empresa contemporânea, para essa linha sociológica, não está parametrizada apenas em gerir recursos técnicos, humanos e econômicos, mas em criar um ambiente estruturado das relações humanas de trabalho como prerrogativa para sua sobrevivência econômica (Ibid. idem).

Nesse percurso de estudos sociológicos, Kirschner (2001) aponta que a linha de pesquisa sobre a temática empresarial, no caso brasileiro, demonstra que “os empresários tiveram uma participação ativa na formulação de políticas e de estratégias para o processo de modernização brasileira em geral, e de industrialização em particular” (2001, p.15). A história do empresariado brasileiro revela que não foram meros espectadores, mas atravessaram fases de intenso nacionalismo na era varguista, investidas na estratégia desenvolvimentista do período JK, com a entrada do capital estrangeiro e sua associação, até a construção do hibridismo empresarial cujos interesses difusos — ora regionais, setoriais, ora internacionais — desarticularam os setores empresariais e sua postura política. Com os movimentos surgidos na constituição da Nova República, o empresariado tendeu a defender uma ação ideológica mais ampla, evidenciada pela crescente retomada do liberalismo clássico, dando ênfase ao mercado

como centro ordenador da produção e das relações sociais. Isso levou as empresas a articularem novas estratégias de desenvolvimento para o país, cuja premissa reside no construto do empresário cidadão (inserção social do empresário no diálogo com Estado, Sociedade e trabalhadores). De uma política empresarial autoritário-corporativa dos anos 30, o cenário foi dando lugar ao que Diniz (1996, p.38 apud Kirschner, 2001) chama de “uma cultura política multifacetada”, refletindo uma ação política empresarial diversificada.

Contudo, Kirschner (2001) expõe a fragilidade dessas linhas de pesquisa ao ainda se debruçarem sobre um mote particularista, sem circunscrever o mundo empresarial sob os interesses divergentes do conjunto societário. A autora aponta para a necessidade de compreender como se estabelece a construção de arenas públicas de negociação e a emergência de uma nova mentalidade empresarial, muitas vezes em conflito com a mentalidade fundada em 1940-50 (empresa familiar), devido à problemática da transmissão do comando de suas empresas e à necessidade de formação profissional e competência técnica.

A construção de uma cultura política multifacetada e a inserção do empresário na formulação de políticas estão intrinsecamente ligadas à sua capacidade de legitimação e ao status que acumulam. Assim, sobre essa dinâmica, interessa-nos compreender os grupos que conseguem dominar os pontos de riscos e oportunidades presentes no contexto social. Em específico, a sociedade empresarial e seus regimes de justificação. Eles o fazem sem o uso da violência, mas pela legitimidade, pela adesão por convicção, juntamente à noção de legalidade (lei e legitimidade) (Weber, 1982). Isso implica que são as construções que legitimam suas ações. Deste modo, o interesse é compreender tal processo pela classe dos empresários, pelos sentimentos de pertencimento a esta classe, seus sistemas de valores acionados (Boltanski e Thévenot, 2007) Em outros termos, a situação de classe para além de vieses econômicos, abrangendo o status, as “honrarias testamentais” (Weber, 1982). Esses são dados importantes, usados também como dispositivos e recursos, tanto humanos quanto não humanos, na afirmação de sua atuação.

2.2 GOVERNANÇA URBANA E VIRADA EMPREENDEDORA

A atuação do empresariado como ator coletivo, tal como discutido, encontra um campo fértil na compreensão da governança urbana, especialmente no contexto da "virada empreendedora". O interesse recai sobre como as estratégias empresariais e suas relações com o governo local incidem sobre a cidade. No que concerne à construção de arenas públicas, Cefai (2011) chama a atenção para a importância de uma análise microsociológica, que parte

justamente da valorização dos atores sociais e de uma particularidade vivida e experimentada. Para ele, essa análise se dá por meio de uma observação direta e participante, ancorada na descrição *in situ* (uma abordagem que visa organizar um repertório de conceitos e ideias dentro de uma análise com espaço-temporal delimitado onde ocorrem as situações). Essa abordagem metodológica implica, sobretudo, a valorização da proximidade com o objeto da pesquisa – por exemplo, no projeto proposto, buscar compreender as situações de gestão nos territórios urbanos a partir do universo das empresas do setor de comércio e serviço e seus atores, naquilo que eles consideram importante para o crescimento econômico.

Essa perspectiva dialoga com a compreensão de Goffman (2012) acerca de como os atores acionam os quadros (frames) para agir em variadas situações. Como esses quadros implicam em ordenar seu modo de agir para que a postura exigida em cada situação seja entendida e reagida na interlocução com outro ator. Goffman afirma que esses quadros de referência, como “princípios de organização que governam os acontecimentos”, devem ser pensados na perspectiva de definir a situação. Os indivíduos se enquadram de acordo com a situação que estão lidando, sendo a abordagem situacional, voltada para aquilo a que o indivíduo está atento em determinado momento. Assim, ao analisar a política empresarial, estaria se analisando justamente os quadros acionados nesse universo, como essa articulação define as ações e, conseqüentemente, as influências políticas incidem sobre suas empresas e sobre a cidade, pela prerrogativa de desvendar o enquadramento das ações e os seus desvios (confusões).

Quando se trata de pensar em arenas públicas, o interesse reside na compreensão de como as pessoas agem e se mobilizam. Esse aspecto não se limita aos chamados movimentos sociais ou dos trabalhadores. A ação coletiva é empiricamente visível também no grupo de empresários e em como eles se movem, em seus “regimes de engajamento” (Freire; Reis, 2003, p.88). As autoras buscam identificar como problemas sociais podem vir a tornar problemas públicos, utilizando a dupla conotação de arenas: lugar de embate e lugar de encenação de performance. Isso implica a busca por transformar questões de interesse particular em interesse geral – em generalidade. Gusfield (2006) complementa essa visão, destacando a existência constante de combates e competitividades entre os atores para decidir quais problemas devem ser publicizados, divulgados ou não, gerando comoção social capaz de criar engajamentos. Neste sentido, como Gusfield (2006) aponta, os atores das arenas públicas acionam competências teatrais e dramatúrgicas para sensibilizar a atenção pública em relação à importância do “seu” problema ser tratado. A questão central é como certas situações ou fenômenos se tornam problemas públicos, e se o “não desenvolvimento Regional” é um tema

que interessa aos empresários tornar público.

Para aprofundar a análise de como os problemas sociais se convertem em problemas públicos e como as disputas nas arenas se materializam, Boltanski e Thévenot (2007) defendem analisar o contexto da vida social pelo viés da justificação da ação. Em momentos de disputas (moments critiques) e de rearranjos de novos acordos, surgem uma “pluralidade de modos de justificação mutuamente incompatíveis”. As pessoas recorrem em momentos específicos às “ordens de grandeza” para fundamentar e justificar suas operações críticas. Isso é denominado pelos autores de “reflexividade do momento crítico”, fazendo da introspecção do pensar irromper em ações. Portanto, estes autores voltam-se para a atividade crítica das pessoas e à raridade do momento de crise. Daí podem advir explicações para a ação e inação coletiva dos trabalhadores frente aos mercados de trabalho, bem como para entender a lógica da justificação empresarial nos aspectos que envolvem o que é justo e injusto, moral e imoral, desde a criação de justificação de amparo até a criação das críticas com a mesma função de respaldo da narrativa que fundamenta a ação e a quilha do silêncio. Elucidaria, na pesquisa, por exemplo, entender os discursos da gestão empresarial e os objetos por eles acionados frente ao conflito inerente dessa relação entre patrão e empregado (onde a disputa associa pessoas e coisas) ou a relação entre poder político e o universo empresarial.

Contudo, como bem salientam os autores, ninguém vive numa eterna crise, e para tanto, buscam-se acordos legítimos ancorados no requisito da generalização. Um acordo baseado no senso de justiça e na situação da prova (críticas fundamentadas). Mas, há de salientar que nem sempre existem acordos ou que a “ausência da crítica” não deve ser vista como meramente dominação e alienação. “Frequentemente é exigida das pessoas uma participação ativa e uma capacidade especial para não perceber ou, ao menos, não tornar manifesto aquilo que esteja funcionando mal” (Boltanski e Thévenot, 2007, p. 142). Interessante notar que, nesta perspectiva da sociologia da crítica para este contexto, não se trata como primazia analítica o binômio dominante versus dominados que circunscrevem a relação patrão x empregado (Boltanski; Chiapello 2009). Desta feita, pode-se inferir que os modelos de gestão, as práticas institucionais e as relações sociais não são moldadas por uma ordem macroeconômica invisível, mas por como as pessoas as internalizam, se apropriam delas e as (re)produzem em seu cotidiano.

Entretanto, é interessante pontuar que, embora a sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot (2007) ofereça ferramentas para compreender a dinâmica das justificações e a ação coletiva, essa abordagem vai de encontro e contrasta com a abordagem de autores como Bourdieu e Harvey (visão estruturalista, totalizante) que priorizam a

investigação das relações de poder estruturalmente desiguais, um aspecto crucial da perspectiva das estruturas objetivas. Neste ponto, capacidade reflexiva dos atores de acionar "ordens de grandeza" e de ter a própria "crítica" ou "justificação" reconhecida e legitimada podem ser questionadas na medida que elas não seriam igualmente distribuídas por estar em um campo de forças pré-existente. De um lado, tem-se a totalidade e a regularidade e, por outro lado o enfoque nas microssituações. A sociedade pode ser compreendida em sua dimensão funcional e totalizante, de um lado, e pode ser encarada enquanto redes de associação de "elementos heterogêneos, por outro lado.

Perspectivas como a de Harvey (2005), por exemplo, denuncia a produção capitalista do espaço e a reorientação da governança urbana para o "empreendedorismo", ou a de Vainer (2009, 2011), que expõe a "democracia direta do capital" e a "apropriação dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados", acabariam por revelar como as estruturas econômicas e políticas condicionam e limitam a esfera da justificação. Da mesma forma, Nunes (2000) destaca a "assimetria de poder" entre o capital móvel e o poder local vulnerável, que se vê obrigado a ceder a interesses externos, evidenciando que a capacidade de "agir" ou "criticar" é profundamente afetada por essas desigualdades. Assim, o "poder simbólico" de Bourdieu (2010), que impõe e legitima uma visão de mundo social em benefício de grupos dominantes, sugere que as "ordens de grandeza" acionadas podem já estar imbuídas de uma hierarquia que favorece certos atores em detrimento de outros, tornando os "momentos críticos" menos abertos à pluralidade de justificações para os grupos subalternizados. Tal fato, demonstra as divergências impostas por bases teóricas-metodológicas diferenciadas (sociologia crítica - estruturalista e sociologia da crítica pragmática) ao analisar uma dada realidade social.

A sociologia da crítica em sua sustentação teórica oferece um olhar sobre as microssituações de poder e reprodução das relações sociais. Nos estudos de Cefai (2011) verifica-se que a relação de atores sociais denominado de "associações" e como elas engendram nas arenas públicas. E como, essas "associações", repousadas em objetivos e compromissos comuns, tornam público (um problema público) suas reivindicações. Para ele, sua conformação não se processa por vias tão burocráticas ou altamente politizadas; antes, constitui-se em contextos ambíguos, como organizações compósitas em que nem sempre seus atores têm total clareza de seu papel ou de como gerir na prática os processos decisórios. Resta atentar, portanto, se entre essas "coalizões de atores", que poderiam ser chamadas de "associações de empresários" (no contexto de Cefai), eles se conformam em busca de melhores condições para seus negócios junto a governos locais.

Em suma, o empresariado local se atenta para publicizar questões desenvolvimentistas como problemas públicos? O conceito de arena pública é utilizado como forma teórico-metodológica de analisar a ação coletiva. Arena como um lugar de ação coletiva em prol de um bem comum. Problemas do cotidiano e particularidades publicizadas como de interesse geral, do coletivo (Cefai, 2011). Uma arena forma-se a partir da definição de uma circunstância considerada problemática e injusta, tornando-se um espaço de confrontação de sentidos atribuídos a um assunto e de generalização das críticas de seus membros. Para este autor, falar sobre ação coletiva é associá-la à noção de arena pública. E, seguindo nessa prerrogativa, pressupor ações coletivas do empresariado local na defesa daquilo que para estes é tido como bem comum. Ao conceberem como problemas em seus pressupostos de desenvolvimentismo regional que emperram suas ações empresariais, a formação de arenas surge de maneira que os atores envolvidos analisam situações e se mobilizam no intuito de encontrar soluções para aquilo tido como injusto. Os sentidos atribuídos à categoria desenvolvimento regional não são algo dado numa relação de cima para baixo, do poder público para o espaço privado, mas são disputas de sentidos dentro da formação de arenas e sua especificação na agenda pública, contribuindo para a apropriação dos instrumentos públicos por interesses privados, reconfigurando a governança urbana.

2.3. A CIDADE COMO ARENA DE CONFLITOS.

Neste contexto, é preciso dar destaque como salienta Harvey (2005, p.166) ao papel da urbanização na dinâmica social, a feitura das cidades como produto e condição dos processos sociais de transformação em andamento. A abordagem deste autor se configura justamente para o olhar da governança local e nos atores que “com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”. Portanto, a análise da política de coalização entre agentes sociais, principalmente do comércio local e líderes empresariais aliado a análise dos estudos regionais são peças fundamentais para entender os arranjos políticos na configuração de mercados de trabalho e na configuração de políticas públicas e sociais. Coalizões estas de impacto local e não territorial. Podemos dizer que ação de grupos e instituições contribui na formação dos mercados de trabalho.

Harvey enfoca no seu estudo, a partir de 1970, a tendência das cidades para a visão do empreendedorismo, sendo este a chave para a transição do capitalismo fordista keynesiano para o regime de acumulação flexível. Trata-se da noção parceria público-privada, da concorrência interurbana, do padrão organização de troca e consumo, dos relacionamentos sociais, exercício

do poder e como se alcança a integração espacial da ação social. (Harvey, 2005)

Os mercados, segundo ele, estão voltados para a criação e produção de bens e serviços. Onde o setor de comércio, tornam-se equipamentos de valorização espacial e, determinam também a oferta local de mão de obra. Ou seja, atividades de mercado voltadas para o consumo. A criação de um ambiente saudável para os negócios vem associada a uma grande mudança de gostos e diversificação de consumo, qualificação de mão de obra e identidade local para controle social, política de emprego, ênfase nas empresas na criação de subsídios locais para o capital. (Ib. idem.). E sobre a coalização de forças, este autor afirma que a ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, e os seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles.

Nos estudos de Vainer (2011, p.1) encontra-se a discussão da hegemonia e a intervenção dos interesses privados na gestão urbana, ainda que não utilize explicitamente o termo "ativismo empresarial". Sua análise revela uma "nova coalizão de poder local", exemplificada pela consolidação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Este plano, financiado e promovido por associações comerciais e industriais em aliança com a prefeitura, demonstra um envolvimento direto e decisório do setor privado na formulação da agenda urbana, resultando em uma nova concepção de cidade e planejamento urbano.

A influência empresarial se manifesta principalmente na imposição da ideia de "cidade-empresa", difundida por consultores como Jordi Borja. Nessa concepção, a cidade é redefinida como uma entidade competitiva, priorizando a "eficiência econômica e eficácia social" em detrimento do "controle político ou burocrático" (Castells; Borja, 1996). Percebe-se então, que Vainer (2011, p.4-6) tece uma crítica a essa visão por subordinar o espaço urbano aos ditames do capital, fazendo com que a gestão seja entregue "a quem entende de negócios: os empresários capitalistas". Essa perspectiva culmina na "desqualificação da política", onde interesses econômicos prevalecem sobre divergências ideológicas, instaurando o "urbanismo ad hoc" e a "exceção como regra" por meio da flexibilização legislativa para atender a fins lucrativos.

Assim como Harvey (2005) tratou as transformações societárias no mote da coalização de forças em prol do "empreendedorismo" do capital, os megaeventos em Vainer (2009) são destacados como o ápice dessa "cidade de exceção", evidenciando a materialização da influência empresarial por meio de isenções fiscais generalizadas, privatização de funções públicas e opacidade nos processos decisórios. Segundo Vainer (2011, p. 11-12), tais eventos revelam a "democracia direta do capital", um cenário em que o poder é centralizado e transferido a "grupos

de interesse empresarial". Isso ocorre através de "redes de poder e correias de transmissão paralelas" que operam à margem das instâncias formais e dos partidos políticos, esvaziando a capacidade democrática e a transparência na gestão.

Portanto, em Vainer (2011, p.11), esse "poder local" emerge como a expressão de uma "nova coalizão de poder local", formada por uma aliança entre a prefeitura, associações empresariais e grandes corporações, as quais não apenas influenciam, mas financiam e direcionam o planejamento urbano. Este poder atua sob a lógica da "cidade-empresa", priorizando "flexibilidade", "eficiência econômica" e "competitividade" urbana em detrimento do controle político e burocrático. Em última análise, o autor argumenta que este poder serve como um "instrumento para colocar a cidade... a serviço do interesse privado de diferentes grupos de interesses" (p. 11), resultando em um modelo onde os processos decisórios são intencionalmente invisíveis e operam fora das estruturas republicanas.

A despeito da questão globalização e localização, ou generalização e particularidade, para Santos (1999) a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central. E trata como dialética essa relação. As cidades atuais, pela estruturação do seu território e de seu mercado - uno e múltiplo – mesmo as cidades médias, estão abertas a todos os ventos do mundo, não são menos individualizadas. Nelas a coo presença e o intercambio são condicionados pelas infraestruturas presentes e as suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades da vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente. Isso implica dizer, segundo sua teoria dos circuitos a existência dos circuitos superior, superior-marginal e inferior que permite compreender sob uma nova perspectiva questões relacionadas ao mercado de trabalho e identificar o posicionamento das cidades nos circuitos da economia.

O termo “circuito” denomina a economia que se forma a partir da segmentação e da diferenciação socioeconômica metropolitana e regional, que constitui uma rede de cooperação de extensão e localização variáveis, abrangendo a produção, o financiamento, a distribuição e comercialização. Relacionam tanto os consumidores - avaliados segundo seu poder de compra e tipos de necessidades - quanto os tipos de trabalhadores, sua renda e qualificação; as empresas e os empresários, segundo o tamanho e características técnicas e organizacionais, os modos de financiar-se e as características das relações de trabalho e produção, conforme se aproximem ou distanciem das relações monopolistas. Portanto, cada circuito é definido tanto pelo “conjunto das atividades realizadas” e pelo “setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo”. Ambos os circuitos “utilizam a cidade como mercado unificador da mão- de-obra, economias externas, de capital e um lugar de consumo”. Ambos “pretendem

inserir-se na chamada economia urbana moderna (Santos, 2004).

A diferença consiste em que o Circuito Superior, por sua estrutura econômica e financeira, cria consumo, enquanto o Circuito Superior Marginal trabalha e se funda em parâmetros modernos, mas responde a necessidades locais de consumo já existentes São os chamados mecanismos de fluxos cujo o estado, um grande promotor de negócios, vem buscando promover a rentabilidade e da fluidez oferecida pelos lugares, capazes de dinamizar a velocidade da circulação econômica. (Santos, 2004). Isto implica dizer valorização de certos espaços (cidades), enquanto outros ficam as margens dessa circulação econômica. Isso não implica dizer que estão fora do circuito internacional do capital, mas sua posição contribui para os propósitos socioeconômicos da macrotendência.

A lógica da industrialização transnacional e da financeirização da economia e do território, constitui –se numa espécie de especialização dos lugares, ditadas pelos sistemas públicos de ações e sistemas de ações do mercado. Em outros termos, uma guerra dos lugares, das cidades empreendedoras como afirma Harvey (2005), no escopo de - rentabilizar a produção ou como afirma Santos (1999), uma competitividade geográfica distribuindo usos e técnicas. Há regiões de usos diferenciados que se rearranja em tecnificações e movimentos humanos a partir de decaimento de fluxos econômicos. Como o caso de Itaperuna, a partir do decaimento no agronegócio com o setor cafeeiro e mais recentemente o gado leiteiro e suas tentativas de produzir diferenças e suas especializações no processo de modernização territorial. Fenômeno este, da modernização, cujo princípio perpassa necessariamente pela transformação dos gostos e dos desejos, aonde as necessidades vêm antes do produto. Nessa reestruturação, o capitalismo se expande pelos desejos. (Santos,1999).

Outrossim, Bourdieu (2010), contribui consideravelmente com a ideia de região, ou pela diversidade que são as chamadas economias regionais. Longe de querer expor a luta entre os campos disciplinares sobre este conceito, Bourdieu vai afirmar primeiramente que os termos identidade e representação como pontos de partidas para entender reflexivamente a ideia de região. A palavra região, etimologicamente falando traz em sem bojo a ideia de divisão, de separar fronteiras, o que pertence a este lugar do que não pertence. Denominado por este autor como “um ato religioso”, de “personagens” imbuídos de autoridade para estipular regras que definem uma região, um território e suas fronteiras circunscritas em força de lei. A isso, configura se um poder simbólico de demarcar uma visão de mundo social, de produzir um conhecimento que além de dizer o que é (enunciação), produz mudanças no ser (naturaliza o que é, dando dignidade a sua existência).

Ora, a constituição de uma região não é natural, por pura conformação paisagística e

geográfica.

A fronteira nunca é mais do que produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne (...) A realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. (Bourdieu, 2010, p. 114-115)

Falar de região, em Bourdieu (2010, p.116). são falar de relação de forças por querer classificar e delimitar o que é uma região. Tal classificação, adensa este autor, procura querer produzir diferenças culturais, mas que obviamente não coincidem só por causa dessa divisão. Deste modo, acrescenta Bourdieu, “este discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer a fazer conhecer a região assim delimitada” Dito isto, não é difícil conceber, por exemplo, a disputa entre regiões Norte e Noroeste e sua delimitação bem demarcada para impor competitividades econômicas e sociais para o seu desenvolvimento no cenário econômico e político dentro do Estado do Rio de Janeiro, em busca de subsídios e investimentos do capital que por aqui circula.

Ademais, ressalta este autor, que a além da força do discurso performativo de quem os pronuncia, há de ter o mesmo peso sobre aqueles que ouvem (os outros) “no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum (...) (Bourdieu, 2010, p.117)”. Em outras palavras, é preciso fazer destes discursos a construção de uma unidade de grupo. De pares que se reconhecem neste discurso e no poder exercido para espalhar a outros grupos conformando numa identidade regional. Muito claro, entender o poder dos discursos performáticos dos grupos empresariais a despeito do que seja bom, justo para a cidade enquanto seu desenvolvimento econômico e social. Primeiro para os seus pares, e depois na representação e identidade de toda uma cidade.

Nunes (2000), ao tratar sobre poder local, revela a complexidade conceitual e as problemáticas inerentes à sua atuação na contemporaneidade. Para Nunes (2000), o poder local, historicamente subestimado na teoria política moderna, foi frequentemente relegado à condição de "inimigo" do Estado nacional centralizador ou, na melhor das hipóteses, a uma esfera meramente administrativa. O autor desmistifica o "consenso" sobre a inerente democratização do poder local pela sua "proximidade" com o cidadão, argumentando que tal visão ignora a sua vulnerabilidade e a capacidade de reprodução de oligarquias e práticas clientelistas, revelando que o município não é menos abstrato que outras instâncias de governo em suas reais

implicações políticas.

As problemáticas do poder local, conforme analisado por Nunes, intensificam-se quando confrontadas com o ativismo empresarial das grandes corporações. O autor ilustra como a mobilidade do capital global e a busca incessante por vantagens competitivas transformam governos locais em "competidores entre seus semelhantes", enfraquecendo sua capacidade de regulação e planejamento. A "guerra fiscal" entre municípios, exemplificada pela disputa por indústrias, demonstra a assimetria de poder, onde, como aponta Nunes (2000, p. 36), os governos "não

dispunham de poder sequer para negociar em bases iguais com a empresa, que se manteve soberana como foro decisório". Isso evidencia como as decisões de alocação de capitais se sobrepõem à autonomia e aos interesses das comunidades locais.

Essa dinâmica de subordinação encontra um veículo prático no planejamento estratégico, conforme discorrem Gonçalves, Paiva e Barbosa (2011). Esses autores observam que as cidades, especialmente após ganharem mais autonomia, tornam-se "atores políticos de protagonismo inegável" (Gonçalves; Paiva; Barbosa, 2011, p. 37), mas dentro de um cenário de "competitividade interurbana". Sob a influência da ideologia neoliberal, essas localidades são compelidas a adotar modelos empresariais, transformando-se em "'produtos' atraentes" a serem comercializados no mercado global, com o planejamento estratégico sendo a principal ferramenta para esse fim.

A principal crítica de Gonçalves, Paiva e Barbosa (2011, p.36-40) reside na transposição acrítica de modelos do setor privado para o público, ignorando que, enquanto empresas visam a eficácia e o lucro, o poder público deveria primar pela "equidade social". Essa transferência de lógica leva à "completa subordinação aos interesses e lógicas do mercado", transformando a cidade em uma "mercadoria" e esvaziando seu papel como espaço de construção da cidadania. O autogoverno é sacrificado em favor de projetos empresariais, muitas vezes encarnados por lideranças carismáticas.

A influência do empresariado na definição das políticas públicas torna-se, então, explícita. A adoção de conceitos e técnicas corporativas redefine as prioridades e a forma de atuação governamental. Conforme alertam Gonçalves, Paiva e Barbosa (2011), o que se apresenta como um avanço na gestão pode, na verdade, legitimar a "apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados". O discurso da eficiência e da competitividade serve para reafirmar os interesses de grupos dominantes, direcionando as ações governamentais para a lucratividade em detrimento do bem-estar coletivo. O cerne deste discurso sustenta que o planejamento estratégico deve ser implementado pelos governos locais,

em virtude de as cidades se encontrarem submetidas a condições e desafios análogos aos do universo empresarial (Vainer, 2009).

Dessa forma, os autores se complementam ao diagnosticar a fragilidade do poder local. Se, por um lado, Nunes (2000) revela sua fraqueza teórica e sua vulnerabilidade às pressões do capital, Gonçalves, Paiva e Barbosa (2011) demonstram o mecanismo pelo qual essa subordinação se operacionaliza: a adoção de um planejamento estratégico que prioriza a lógica de mercado. O resultado é a reorientação das pautas de desenvolvimento para atender, prioritariamente, às "necessidades do capital", como observa Nunes (2000), em vez das demandas da comunidade.

Para estes autores, exige-se uma reformulação teórica e prática da relação entre o poder público e o privado. Diante da crescente pressão para que se adequem a modelos empresariais, as localidades enfrentam o risco de perder sua identidade e seu propósito social, acentuando a polarização e a marginalização, em vez de promoverem a democracia e a justiça social para a qual deveriam se voltar.

Como forma de exemplificar e aplicar a base teórica, no estudo realizado por Cerqueira (2016) sobre Itaperuna, a autora em seu estudo de caso evidenciou, a partir dos seus achados que a materialização da coalizão e estrutura de poder em Itaperuna se conformou na existência de um "seleto grupo de empresários e políticos", autodenominado "o grupo", cujas relações são profundamente marcadas por laços sociais antigos, pessoais e familiares .

Essa estrutura de poder é alimentada por uma "gramática familiar" que permeia o jogo político local, resultando em um modelo que essa dissertação caracterizou como "coronelismo urbano". Nesse arranjo, as redes estabelecidas são predominantemente masculinas e restritas e são cruciais para a negociação de interesses e a articulação política. As instituições (associações) como o Sindicato do Comércio de Itaperuna (SINCOMÉRCIO), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Prefeitura de Itaperuna, o Hospital São José do Avaí (HSJA) e a Faculdade Redentor atuam como nós centrais dessa rede, servindo como interlocutores e executores da agenda desse grupo dominante (Cerqueira, 2016)

A lógica da cidade-empresa se manifesta no contexto estudado de Itaperuna pela forma como o "desenvolvimento" é concebido, priorizando a promoção de atividades de saúde e educação como vetores de diferenciação econômica do município. O sucesso dessas áreas é frequentemente atribuído ao "caráter de seus dirigentes", que operam sob uma perspectiva de "cités comerciais e industriais" e de "projetos", valorizando a competitividade e a iniciativa privada para atrair investimentos. As atuações dessas instituições são direcionadas a reforçar essa visão: a Faculdade Redentor, por exemplo, é apresentada pelo seu fundador como um

empreendimento que "modifica o perfil da região noroeste" ao atrair "dinheiro que vem de fora", enquanto o HSJA se tornou um pilar do desenvolvimento local, influenciando diretamente a política de saúde e até se beneficiando da crise do sistema regional (Cerqueira, 2016).

A formação de arenas públicas em Itaperuna, de acordo com Cerqueira (2016) assumiu um caráter particular e ritualizado, refletindo mais uma "gramática familiar" do que uma cívica. A "reunião de liderança política", com a presença de vereadores, prefeitos e empresários, ilustra uma arena onde o "partido regional" busca um alinhamento político vertical com as esferas estadual e federal. Nesses encontros, a busca por "ajuda" e a "troca entre amigos/sócios" para "trazer recursos para a região" substituem um debate aberto sobre projetos políticos ou "justiça territorial". O uso de quadros (frames) por esses atores define o "não desenvolvimento Regional" como um problema a ser superado por meio de "ações de ajuda" e alinhamentos, e não por uma política distributiva abrangente (Cerqueira, 2016)

Essa dinâmica de poder em Itaperuna, por exemplo, também demonstra a aplicação das ordens de grandeza de Boltanski e Thévenot (2007) e Boltanski e Chiapello (2009). A legitimidade e o status dos líderes empresariais e políticos são construídos em torno de narrativas de sucesso e de capacidade de "fazer acontecer", em contraste com a "ineficiência" e a "corrupção" atribuídas ao Estado em geral (Cerqueira, 2016) A capacidade de acionar essas "ordens de grandeza" é restrita ao "grupo", que performa suas justificações em arenas controladas. Assim, a busca pela "melhora" do desenvolvimento regional se traduz em uma "problematização" enquadrada moralmente, onde a superação das desigualdades depende de uma "cadeia de ajuda" e não de um debate cívico ampliado, evidenciando como a capacidade de "agir" ou "criticar" é profundamente afetada pelas desigualdades estruturais já presentes no campo de forças.

Em síntese, a análise do caso de Itaperuna como práxis no contexto da cidade como arena de conflitos não apenas ilustra as dinâmicas teóricas da governança urbana e da virada empreendedora, mas também aprofunda a compreensão sobre o papel ativo do empresariado enquanto ator coletivo. Conforme demonstrado, a coalizão de poder local em Itaperuna, ancorada em redes restritas e uma 'gramática familiar', opera por meio de 'quadros' específicos e 'ordens de grandeza' que legitimam a agenda da 'cidade-empresa'. Essa práxis revela como a atuação empresarial, longe de ser um mero processo econômico, constitui uma sofisticada estratégia de redefinição de agendas públicas e de estruturação do poder municipal, culminando em um modelo de coronelismo urbano que, sob o pretexto do desenvolvimento, canaliza recursos e decisões para interesses privados, acentuando a polarização social e a fragilidade do

poder local.

3. CONCLUSÃO

Este artigo propôs uma análise conceitual da interrelação entre poder local e ativismo empresarial, buscando compreender como o empresariado disputa e influencia a formulação de políticas públicas e sociais nas localidades. A revisão bibliográfica desvelou as complexas tramas dos atores sociais do universo empresarial, suas coalizões de forças e a incidência de sua política na agenda pública local, oferecendo uma visão matizada das dinâmicas de poder que moldam o desenvolvimento regional e superam o reducionismo econômico.

Os achados demonstram a vulnerabilidade inerente do poder local, que, embora com autonomia pós-1988, é conceitualmente complexo e suscetível à reprodução de oligarquias e práticas clientelistas (Nunes, 2000). Essa fragilidade intensifica-se com a mobilidade do capital global e a busca por vantagens competitivas, impulsionando governos locais à "guerra fiscal" e ao "empreendedorismo" (Harvey, 2005), onde a assimetria de poder permite que decisões de capital se sobreponham aos interesses comunitários, evidenciando a busca por rentabilizar a produção e a emergência das "cidades empreendedoras" como atores nesse palco de competição geográfica.

Paralelamente, o estudo elucidou o papel ativo do empresariado brasileiro que, transcendendo o *homo economicus* (Kirschner, 2001), evoluiu para a defesa do liberalismo clássico e do "empresário cidadão". Contudo, essa atuação não é homogênea, revelando uma "cultura política multifacetada". Já Vainer (2011) destaca como essa influência multifacetada se materializa localmente em "novas coalizões de poder", que financiam e direcionam o planejamento urbano, impondo a lógica da "cidade-empresa". Nessa concepção, a cidade é redefinida como um "produto" a ser comercializado, priorizando a "eficiência econômica e eficácia social" em detrimento do controle político e social. Isso leva à "desqualificação da política" e à instauração de um "urbanismo ad hoc", onde a exceção se torna regra para atender aos interesses lucrativos, culminando nos megaeventos como máxima expressão dessa "democracia direta do capital".

A interrelação entre fragilidade do poder local e proatividade empresarial reorienta as pautas de desenvolvimento econômico local para as "necessidades do capital" (Nunes, 2000), operacionalizada por planejamento estratégico que transforma a cidade em "mercadoria", esvaziando a cidadania (Gonçalves, Paiva e Barbosa, 2011). Nesse contexto, o "ativismo empresarial" não apenas fragiliza a soberania local, mas também legitima a "apropriação direta

dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados fazendo com que a descentralização se torne um instrumento que acentua a polarização social em vez de promover a democratização e a justiça social.

A perspectiva de Bourdieu (2010), sobre a região como produto de relações de forças e discursos performativos, reforça como interesses empresariais constroem uma unidade de grupo e identidade regional para legitimar suas propostas de desenvolvimento. A atenção à articulação específica dos empresários no contexto local/regional e a centralidade do "lugar" na análise, diferenciando-se de abordagens mais genéricas, permitiram explorar as nuances do ativismo empresarial.

A principal contribuição analítica deste trabalho estrutura-se no diálogo crítico estabelecido entre a microssociologia das justificações (Cefai, 2011; Gusfield, 2006; Boltanski; Thévenot, 2007, Boltanski; Chiapello, 2009) e as abordagens estruturais do poder (Harvey, Vainer (2009; 2011), Nunes, Bourdieu). Ao desvendar os "quadros" (Goffman, 2012) e "regimes de engajamento" dos atores empresariais por uma análise microssociológica e, ao mesmo tempo, tensioná-los com as assimetrias estruturais, este artigo avança na compreensão de que a capacidade de acionar "ordens de grandeza" e legitimar narrativas está atravessada por um campo de forças pré-existente. E a capacidade crítica dos atores podem ser influenciadas por fatores externos a ele, mas, ao mesmo tempo, essa estrutura objetiva não deve ser encarada como um fator totalizante que o condiciona e o torna totalmente alheio aos processo de escolhas de uma maneira crítica. O caso de Itaperuna ilustra exemplarmente essa dinâmica, revelando como um "seleto grupo de empresários e políticos", através de relações marcadas por laços pessoais e uma "gramática familiar", configura um "coronelismo urbano" que, por meio de "ajudas" e alinhamentos políticos verticais, instrumentaliza os mecanismos de reorientação das pautas de desenvolvimento que incide sobre os desenhos das políticas públicas.

A contribuição específica deste estudo à temática reside em demonstrar, de forma empírica e conceitual, a produção do "coronelismo urbano" como uma manifestação contemporânea e contextualizada do ativismo empresarial local/regional. Ao integrar a análise da agência micro dos empresários com as estruturas macro do poder, revela-se como a "cidade-empresa" e o planejamento estratégico se tornam veículos para a construção de um "interesse geral" que, na prática, serve a propósitos privados, intensificando a polarização social e a fragilidade democrática. Esta pesquisa, portanto, destaca a urgência de se atentar ao papel desse ativismo na conformação da governança e do desenvolvimento local, expondo a intrínseca e complexa relação entre a ação dos atores e as estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

BERNOUX, Phillippe. A mudança nas empresas à prova da mundialização. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, 2001.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **A sociologia da capacidade crítica**, Antropolítica, n. 23, v. 2, 2007. pp. 121-144.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 13º ed., 2010

CASTELLS, M.; BORJA, J. Local Y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Santillana: Taurus, 1997.

CEFAI, Daniel; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (org.). **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: editora UFF, 2011.

CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa. **O “desenvolvimento regional” como problema público?: estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/RJ**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

DRAIBE, Sônia. O Welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa NEPP** - Unicamp nº 8, 1993.

DRAIBE, Sônia, RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011.

FREIRE, Jussara; CRUZ, Gisele dos Reis. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. **Cadernos metrópole**, N. 10, pp. 75-102, 2º sem. 2003. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9200>. Acesso: 15 de junho de 2025.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GONÇALVES, Raquel Garcia; PAIVA, Ricardo Viana Carvalho de; BARBOSA, Francisco Vidal. Planejamento estratégico: quando o discurso da guerra e da empresa invade a administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 29-52, jan./fev. 2011.

GUSFIELD, Joseph. **La culture des problemes publics l'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique**, traduction par Daniel Cefai. Éditions econômica, 2006.

HARVEY, D. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005: p. 163-190.

KIRSCHINER, Ana Maria; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. Notas Introdutórias a uma sociologia da Empresa no Brasil. In: **Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e educação Continuada (IEC), ANO VI, n. 9 – 1º semestre de 2001.

_____. Da Sociologia Econômica à Sociologia da Empresa: para uma sociologia da empresa brasileira. *Sociedade E Estado*, 17(01), 79–103, 2002.

NUNES, Edison. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda Prates (Org.). **A invenção da cidade no século XXI: desafios e dilemas da gestão urbana**. Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 2000. p. 27-42.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo Razão e emoção. São Paulo. Ed. Huitec, 1999

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XIV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p. 1-14.

_____. Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B.. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos**. Petropolis: Vozes, 5ª ed., 2009, pp. 75-103.

VIANNA, José Luiz da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000**. Rio de Janeiro, 2003. Tese de Doutorado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

WEBER, Max.. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.